

no método anterior, a convocar por tranches sucessivas de candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal até à satisfação das necessidades do serviço.

11.7 — A lista de ordenação final dos candidatos será unitária, ainda que, no mesmo procedimento, lhes tenham sido aplicados diferentes métodos de seleção (artigos 33.º e 34.º da “Portaria”).

12 — A ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial será efetuada nos termos previstos no artigo 35.º da “Portaria”.

Subsistindo o empate, serão aplicados, de forma decrescente, os seguintes critérios: menor idade, residência no concelho da Amadora.

13 — O recrutamento efetuar-se-á de acordo com as regras que estiverem legalmente em vigor, nomeadamente as estabelecidas na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da LTFP e demais normas do Orçamento de Estado em vigor, iniciando-se pela ordem decrescente de ordenação final dos candidatos colocados em situação de requalificação profissional e, esgotados estes, de entre candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

14 — As notificações dos candidatos serão efetuadas nos termos do n.º 3, do artigo 30.º, da “Portaria”.

15 — Publicitação de listas: as listas unitárias de ordenação final dos candidatos serão publicitadas, em lugar público e visível, no edifício dos Paços do Município e disponibilizada em [www.cm-amadora.pt](http://www.cm-amadora.pt) (Município/Recrutamento).

16 — Período experimental: de 90 dias, conforme a alínea a), do n.º 1, do artigo 49.º, da LTFP e demais legislação em vigor.

17 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.

6 de março de 2019. — A Vereadora responsável pela área de Recursos Humanos, *Rita Madeira*.

312132085

#### Aviso n.º 5459/2019

Por delegação de competências da Presidente da Câmara, conferida pelo Despacho n.º 38/P/2017, de 07.11.2017, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final, que se encontra publicada em [www.cm-amadora.pt](http://www.cm-amadora.pt), do procedimento concursal comum para a contratação em funções públicas por tempo indeterminado, para a ocupação de um posto de trabalho do mapa de pessoal, na carreira de Assistente Operacional (na área da preparação, manutenção e exumação de sepulturas), aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 214, de 7 de novembro de 2018, cuja Lista Unitária de Ordenação Final foi homologada por meu despacho datado de 11 de março de 2019.

11 de março de 2019. — A Vereadora Responsável pela Área de Recursos Humanos, *Rita Madeira*.

312139919

### MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO

#### Aviso n.º 5460/2019

Torna público nos termos e para efeitos do artigo 4.º, n.º 1 alínea b) da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que foram celebrados os seguintes contratos de trabalho por tempo indeterminado:

Igor Morais Maduro, na carreira e categoria de assistente operacional (coveiro) a partir do dia 17 de abril de 2018, colocado na 2.ª posição remuneratória;

Luís Miguel Sousa Pedro na carreira e categoria de assistente operacional (coveiro) a partir do dia 17 de abril de 2018, colocado na 2.ª posição remuneratória;

Pedro Miguel da Rosa Galvão Coelho Falcão Semião na carreira de informática e categoria de Especialista do informática de grau 2 a partir de 01 de junho de 2018, colocado no 1.º nível e 1.º escalão índice 600;

Rui Fernando Medeiros da Silva, na carreira de informática e categoria de técnico de informática do grau 3 a partir de 01 de junho de 2018, colocado no 1.º nível e 1.º escalão, índice 580;

Francisco José Oliveira Carvalho, na carreira de informática e categoria de técnico de informática do grau 2 a partir de 01 de junho de 2018, colocado no 1.º nível, 1.º escalão índice 470;

Autoriza a mobilidade interna das seguintes trabalhadoras:

Catarina Cristina Ribeiro Rocha Gonçalves Silva, técnica superior (área de ação social) para a Câmara Municipal de Mafra a partir do dia 1 de julho de 2018, pelo período de um ano;

Judite Maria Silveira Mendonça Teves, assistente técnica para a Unidade de Saúde da Ilha de S. Miguel, por um período até 3 anos, com início a 1 de outubro de 2018.

Passaram à situação de aposentados os seguintes trabalhadores:

Francisco Melo Silva Alves Areias, encarregado operacional a partir do dia 1 de janeiro de 2019;

José Mariano Oliveira Martins, assistente operacional (mecânico) a partir do dia 1 de fevereiro de 2019.

Torna público ainda nos termos e para efeitos do artigo 4.º, n.º 1 alínea c) a renovação da comissão de serviço do cargo de chefe da Unidade de Serviços Integrados, Paulo Henrique da Rocha Fantasia Cardoso a partir do próximo dia 1 de maio de 2019, bem como a comissão de serviço em regime de substituição do cargo de chefe da Unidade de Desporto e Promoção de Qualidade de Vida, Ricardo Nuno Vieira Matias, a partir do dia 7 de fevereiro de 2019.

11 de fevereiro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Gabriel do Álamo de Meneses*.

312069043

### MUNICÍPIO DE ARMAMAR

#### Aviso (extrato) n.º 5461/2019

Em cumprimento do disposto na alínea b), n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e ulteriores alterações, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para preenchimento de dois postos de trabalho (ref.ªs A e B), abertos pelo aviso n.º 5289/2017, publicitado no D. R. 2.ª série, n.º 92, de 12/05/2017, e recorrendo à reserva de recrutamento interna, respeitando a ordem da lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, homologada por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 13 de setembro de 2017, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, em 11 de março de 2019, com Rui Manuel Fonseca de Gouveia Aires, para o exercício de funções inerentes à carreira/categoria de assistente operacional, com a remuneração correspondente à 1.ª posição e nível remuneratórios 1 da Tabela Remuneratória Única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

12 de março de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal de Armamar, *João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca*.

312135828

#### Aviso n.º 5462/2019

#### Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Armamar

João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Armamar, torna público:

Em cumprimento das disposições conjugadas da alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º e do artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, que a Câmara Municipal de Armamar, por deliberação de 08 de março de 2019, determinou submeter a consulta pública o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2028 (PMDFCI), quanto às componentes não reservadas, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação, e nos n.ºs 5 a 7 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018 de 9 de janeiro, na sua atual redação.

O PMDFCI de Armamar foi objeto de parecer favorável da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, na sua reunião de 22 de outubro de 2018.

O PMDFCI de Armamar mereceu parecer vinculativo favorável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, conforme ofício n.º 9563/2019/DGAPPF, de 05 de fevereiro de 2019.

Deste modo e após publicação do presente Aviso na 2.ª série do *Diário da República*, informamos todos os interessados que o PMDFCI de Armamar se encontra para consulta pública, pelo prazo de 15 dias úteis, contados do dia seguinte à referida publicação, disponível do sítio da Câmara Municipal de Armamar em [www.cm-armamar.pt](http://www.cm-armamar.pt) e no Gabinete Técnico Florestal todos os dias úteis das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00.

Os contributos deverão ser entregues ou enviados por escrito para a Câmara Municipal de Armamar ou para o endereço eletrónico geral@cm-armamar.pt, devendo conter, em qualquer um dos meios a utilizar, a identificação completa do seu subscritor.

Para constar e para os devidos efeitos legais se publica o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

14 de março de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal de Armamar, *João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca*.

312142591

## MUNICÍPIO DE AVEIRO

### Aviso n.º 5463/2019

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 18/02/2019, foi determinada a conclusão com sucesso do período experimental dos trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira/categoria de Técnico Superior, com a avaliação final do período experimental a seguir indicada:

Ana Catarina Azevedo Génio — 15,00 valores;  
Bruno Alexandre da Conceição Ferreira Gomes — 14,00 valores;  
David Carlos Costa Quaresma de Figueiredo — 17,40 valores;

25 de fevereiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *José Ribau Esteves*, Eng.º

312142485

### Aviso n.º 5464/2019

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 26/02/2019, foi determinada a conclusão com sucesso do período experimental das trabalhadoras com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira/categoria de Assistente Operacional, com a avaliação final do período experimental a seguir indicada:

Elisabete Fernandes Duarte — 15,40 valores;  
Helena Sofia Ramos Pereira — 16,80 valores;  
Maria da Conceição Bastos Lopes — 16,00 valores;  
Tatiana Flora Moreira Pires — 17,00 valores;

27 de fevereiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *José Ribau Esteves*, Eng.º

31214325

### Aviso n.º 5465/2019

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 01/03/2019, foi determinada a conclusão com sucesso do período experimental dos trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira/categoria de Assistente Técnico, com a avaliação final do período experimental a seguir indicada:

Daniel Alexandre Matos Modesto — 16,60 valores;  
Fernando Mendes Freitas — 14,80 valores;  
Isabel Cristina Fonseca Marques — 17,40 valores;  
Nuno Miguel Andias Machado Correia — 13,00 valores;  
Nuno Miguel Costa Almeida — 15,20 valores;  
Sandra Filipa Vieira Cruz Matos — 15,80 valores;

1 de março de 2019. — O Presidente da Câmara, *José Ribau Esteves*, Eng.º

31214366

## MUNICÍPIO DE BAIÃO

### Edital n.º 448/2019

Doutor Joaquim Paulo de Sousa Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Baião:

Faz público, no uso das competências que lhe são atribuídas pela alínea *t*) do n.º 1 do artigo 35.º conjugado com o artigo 56.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em execução do que dispõe os artigos 100.º e 101.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, que foi deliberado pela Câmara Municipal em sua Reunião Ordinária de 13 de fevereiro de 2019 e pela Assembleia Municipal em sua sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2019, aprovar a Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Baião, a qual entrará em vigor 15 dias úteis após a sua publicação no *Diário da República*.

Para constar e produzir efeitos legais se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais de estilo do Concelho.

28 de fevereiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Dr. Joaquim Paulo de Sousa Pereira*.

## Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Baião

### Nota Justificativa

Em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 23 de dezembro de 2009 e em sua Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 22 de fevereiro de 2010, foi aprovado o «Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Baião», com base na Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, o qual veio a ser publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52.º, de 16 de março de 2010.

Desde essa data até então, sucedeu-lhe a alteração conferida pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro — Primeira alteração à Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

A alteração efetuada pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro que veio introduzir algumas alterações ao respetivo regime jurídico, pelo que cumpre, pois, proceder à adequação do Regulamento municipal em vigor no que respeita à composição e competências do Conselho Municipal de Juventude, ao diante designado por CMJB.

Evidencia-se assim, a necessidade de conformação do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude à alteração legislativa acima enunciada.

O Conselho Municipal da Juventude de Baião (CMJB) é um órgão consultivo da Câmara Municipal de Baião sobre as matérias relacionadas com a política da juventude, nomeadamente visando estimular a participação dos jovens na vida cívica, cultural e política e proporcionando-lhes recursos para o estudo e debate sobre diversas temáticas relacionadas com a política da juventude.

Ao criá-lo, a Câmara Municipal pretende ir ao encontro e dar satisfação às aspirações dos jovens Baionenses, sendo certo que, também desta forma, corporizará, a nível concelhio, um instrumento de diálogo e debate para os problemas juvenis, que em muito ajudará a aprofundar e ampliar o seu conhecimento e resolução.

A participação ativa dos jovens nas decisões e atividades desenvolvidas é fundamental para a consolidação de sociedades democráticas.

A Constituição da República Portuguesa, enquanto principal documento da nossa democracia, refere no ponto 2, do artigo 70.º, que a ação política para a juventude deve ter como principal objetivo o desenvolvimento da personalidade dos jovens, proporcionar a sua integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e desenvolver o sentido de serviço à comunidade.

Hoje em dia é inquestionável a transversalidade das políticas públicas dirigidas à juventude. São indiscutíveis as vantagens para as instituições públicas em estabelecerem um diálogo permanente com os cidadãos, fomentando mecanismos de democracia participativa e aberta a todos.

A presente alteração ao regulamento deverá, pois, obedecer às diretivas estipuladas na Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, com as respetivas alterações conferidas pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro;

Cumprindo a nova exigência do Código do Procedimento Administrativo, que no seu artigo 99.º exige que no regulamento se inclua uma ponderação dos custos e benefícios presentes, o presente regulamento tem como principal objetivo a gestão participada dos recursos afetos às políticas públicas municipais, bem como um aumento de transparência da atividade da autarquia, possibilitando a participação cívica da população.

No que aos custos diz respeito, os que venham a existir não são expressivos porque integram o regular funcionamento do município.

De um modo geral estarão relacionados com despesas de desgaste e escritório, bem como despesas inerentes ao funcionamento das instalações municipais para garantia da realização das reuniões do plenário, ou de reuniões da sua comissão permanente, bem como eventuais ações pontuais.

No entanto é de referir que não existe custos para o Município, decorrente da atividade deste órgão consultivo, entendendo o Município que os benefícios excederão, seguramente, os respetivos custos.

Posto isto, urge adequar o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de forma a compatibilizá-lo com a respetiva arquitetura legislativa habilitante em vigor.